

Comunicação e Inferência em Linguagem Natural

Jorge Campos da Costa

As investigações lógico-lingüístico-filosóficas sobre a natureza do significado em linguagem natural têm produzido um sem-número de debates, especialmente nos últimos cinquenta anos. Russell (1905) e Strawson (1950) representam, certamente, o confronto mais popular nas origens contemporâneas sobre o tópico, envolvendo argumentos que giram em torno das complexas relações entre significado, verdade e uso da linguagem. O ponto crucial dos debates pode ser identificado, com mais precisão, se ele for construído contra o pano-de-fundo das ásperas conexões metateóricas entre filosofia, lógica e lingüística, a partir, decisivamente, das considerações que Frege elaborou no final do século XIX e suas repercussões na obra de Russell e Wittgenstein. Frege, entre outras contribuições maiores, localizou perplexidades na linguagem de comunicação que a fragilizavam de um ponto-de-vista lógico. A possibilidade, por exemplo, de uma expressão de referir objetos inexistentes, tipo ‘o quadrado redondo’, ‘o homem de três metros de altura’, ‘Ulisses’, etc., é algo que problematiza uma abordagem logicista, à medida que, dada uma proposição com tais nomes como sujeito, em princípio, ela pareceria destituída de valor-de-verdade, desafiando o princípio da bivalência. De fato, se o Brasil não tem um rei, por exemplo,

(1) ‘O Rei do Brasil é loiro’

pareceria não ser nem verdadeira nem falsa, uma vez que falha a condição de aplicação do predicado. Não se poderia, intuitivamente, atribuir uma propriedade a algo que não existe. Russell, como se sabe, não percorreu o raciocínio fregeano, mas, de qualquer modo, reconheceu a dificuldade lógica oferecida pelas então chamadas descrições definidas vácuas. Ambos assumiram, ainda que Russell fosse mais benevolente que Frege, que a linguagem natural possui uma flexibilidade que fragiliza uma tentativa de utilização mais rígida e rigorosa.

No contexto da filosofia da linguagem da época, essa necessidade de se assumir uma posição quanto ao caráter lógico da nossa linguagem produziu, inclusive, um dos mais interessantes e frutíferos conflitos. Wittgenstein (1921/1953) foi o protagonista de um debate, diríamos, virtual, entre duas de suas mais prototípicas produções, o “Tractatus

Logico-Philosophicus” e as “Investigações Filosóficas”, uma vez que, se a primeira tenta resgatar ao máximo as propriedades semânticas e pictoriais da linguagem cotidiana, a segunda parece assumir, decididamente, uma compreensão pragmática de significado enquanto uso.

Nos anos 50 e 60, ainda na inspiração wittgensteiniana, apareceram textos de expressiva repercussão sobre o tópico lógica-linguagem natural. Strawson (1952), Grice (1957-1967), Austin (1962) e Searle (1969) são, provavelmente, os mais reconhecidos. Na brecha aberta por Strawson, a teoria dos Atos de Fala e a teoria da Implicaturas constituíram-se como conexões entre significado e intenção, binômio capaz de preencher a lacuna aberta pelo tratamento puramente lógico das condições-de-verdade das proposições. A noção de enunciado enquanto entidade pragmática emergia e conferia foco à unidade comunicativa do diálogo em oposição às abstrações proposicionais livres de contexto.

A Semântica mais dura teria um verdadeiro e espetacular “revival” na década de 70. Na mais legítima tradição logicista, Montague e seus colaboradores ofereceram um roteiro de investigações semânticas acima de qualquer suspeita e com contribuições técnicas de valor intrínscio independente do resultado do debate que continua ainda hoje. De fato, se se pensa na interface entre semântica e sintaxe e na fronteira com a lógica e a computação, Montague mantém-se vivo e, através de discípulos como Kamp e Ryle (1993), abrindo perspectivas de inegável valor para uma descrição precisa de fragmentos da linguagem natural.

Mais recentemente, com o enraizamento da semântica e da Pragmática no interior das ciências cognitivas, o processo inferencial de captura extraliteral passou a merecer uma especial atenção de especialistas como Sperber e Wilson (1986) e Levinson (2000), que podem ser identificados como pontos de referência para o debate sobre questões que ainda resistem ao tempo e recuperam traços lá do passado construído pelo confronto entre os filósofos da Lógica e os filósofos da mente.

Dado o contexto brevemente indicado até aqui, o presente ensaio caracteriza-se pelas seguintes tarefas:

(A) Apresentar problemas cruciais para o projeto teórico de S&W (1986/95) conhecido como *Teoria da Relevância*;

(B) Identificar problemas e contraexplicações para a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000);

(C) Esboçar uma proposta teórica alternativa que descreva e explique fenômenos construídos na perspectiva da explicação das teorias de (A) e (B) e que seja mais resistente aos problemas considerados em (C).

(A) Sobre a Teoria da Relevância – 1986/1985

Sperber e Wilson defendem uma teoria da comunicação ostensiva humana, baseada em princípios de relevância (TR), essencialmente ligados à intuitiva dicotomia custo/benefício. Em tal perspectiva, a cognição humana é orientada por uma tendência de otimizar o ato comunicativo, o que se expressa, fundamentalmente, na tentativa de oferecer/retirar o máximo de efeito contextual com um mínimo de esforço de processamento. Para descrever/explicar o objeto comunicação, assim construído, S&W organizam um modelo de comportamento racional complexo, constituído de uma base inferencial não-trivial, que dirige e complementa um sistema de códigos sustentado pelo conhecimento mútuo entre os interlocutores. Dada a TR, o ato de comunicação ostensiva vem carregado por uma presunção de relevância ótima, como um resultado de uma vocação natural para a ciência cognitiva, e isso permite aos participantes do processo coordenarem suas inferências de modo a interagirem em uma forma racional de compreensão. Tanto maior o efeito contextual, tanto menor o custo de processamento; tanto mais otimizada a relação entre ambos, tanto maior a relevância e, certamente, tanto maior o entendimento.

O que se segue, é um conjunto de problemas, por hipótese cruciais para a TR e, ainda por hipótese, dramáticos para a sua pretensão de corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de uma teoria rigorosa e à intuição do que seja a comunicação humana em geral.

(1). Ainda que a noção de relevância seja proposta como um conceito técnico cuja conexão com o uso rotineiro é apenas de motivação intuitiva; ainda que se entenda tal uso técnico como de natureza qualitativa, comparativa – e não formal, estatística ou probabilística; ainda que se entenda o conceito de relevância como uma propriedade de graus de relação entre custo e benefício, noções de uso familiar em diversas áreas, ainda assim considere-se a gravidade de cada um dos tais componentes absorverem diversos conceitos próximos, mas não idênticos e, além disso, indecíveis porque inescapavelmente vagos. De fato,

Custo envolve:

- processamento cognitivo; mental , neurofisiológico, etc.;
- processamento da linguagem verbal ao nível fonológico;
- idem ao nível sintático;
- idem ao nível semântico;
- idem ao nível pragmático;
- grau de acessibilidade de contextos;
- grau de acessibilidade de memória lexical;
- grau de calculabilidade de inferências, dedutivas, indutivas, etc.;
- grau de percepção de ambiente cognitivo.

Benefício envolve:

- grau de importância quanto ao conteúdo/proposição;
- grau de adequação, de conexão, de interatividade;
- compreensão de implicaturas;
- implicação contextual;
- benefício retórico;
- benefício cultural;
- benefício moral; benefício psicológico.

Para cada um desses, seria possível construir-se modelos de comunicação em que a noção de relevância, como apresentada na TR, seria determinada, ora no custo, ora no benefício por um ou mais deles. Isso deve problematizar a validade técnica da teoria.

(2). Ainda que a TR se refira apenas à comunicação humana ostensivo-inferencial, como ela poderia reagir às contra-exemplificações sugeridas abaixo?

Por que as pessoas, ao contrário do que supõe a TR, conversam, diariamente, anos, trivialidades, repetindo, milhares de vezes, as mesmas observações, os mesmos conselhos, as mesmas advertências, os mesmos comentários sobre o seu país, os seus problemas, etc.?

Por que o discurso amoroso, forma absolutamente popular de comunicação, é altamente redundante, com custos assumidos e desprezados, ainda que com efeitos contextuais totalmente previsíveis e de conteúdo totalmente tautológico?

Por que as pessoas não passam, o tempo inteiro, fazendo perguntas aos outros, forma indiscutivelmente econômica de baixo custo para alto benefício e implicações contextuais?

Por que a Cultura de Massa é tão forte no mundo, representando uma tendência excepcionalmente crescente, se ela é, por consenso, irrelevante, no sentido de que tem alto custo, várias horas, às vezes, de TV, rádio, jornal, por dia, com as mesmas notícias, os mesmos conteúdos, por hipótese, altamente redundantes?

Por que as pessoas se cumprimentam diariamente, se é praticamente só custo, dado que o benefício informativo é praticamente nulo, no sentido de absolutamente previsível?

Por que as pessoas navegam na Internet pelos mesmos sites, quando, com o mesmo custo, poderiam navegar anarquicamente com efeitos contextuais ricos?

Por que as pessoas concordam, se a discordância provoca, em princípio, mais efeitos contextuais?

Por que muitas pessoas, coisa comum entre mulheres, se encontram justamente para conversar sobre amenidades, conversa “light”, onde a questão é zero stress, muita comunicação, nada de relevante e grave? O custo comunicacional é alto e o efeito contextual mínimo, por hipótese. Nesse caso, o paradoxo final para a TR:

Se conversa fiada é não-relevante, é relevante; se é relevante, é não-relevante.

(? R ? R) ? (R ? ? R)

Ou a TR explica isso, ou se desequilibra, apresentando um alto custo, no sentido da complexidade conceitual, para benefícios suspeitos, já que não mais poderia sustentar os dois princípios da Relevância, passando a ser uma teoria da comunicação, provavelmente pouco relevante.

(B) Sobre a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG)

Levinson (2000) apresenta a sua TICG como uma abordagem do significado em linguagem natural, dedicada aos aspectos pragmáticos do enunciado, mais precisamente, a um tipo de inferência cunhada por Grice (1967;1975) como *Implicatura Conversacional Generalizada*. Levinson, diferentemente de Sperber e Wilson (1986/1995) e mesmo da tradição griciana, se exime de vincular sua proposta a qualquer pretensão de compromisso mais forte com algum princípio cognitivo subjacente, como o da Relevância, por exemplo, que seja a matriz das implicaturas generalizadas. Para ele, tem havido, na tradição da interface semântico-pragmática, uma radical e imprópria dicotimização entre o significado da sentença (sentence type-meaning) e o significado do enunciado (utterance token-meaning), que perde de vista o que ele considera crucial para o entendimento do tópico, a então chamada “interpretação preferencial”. Não estando exatamente ao nível do convencional semântico nem da ocorrência específica pragmática, Levinson identifica a existência de um nível intermediário decisivo para suas considerações, que ele denomina de significado do enunciado tipo (utterance type-meaning). Tal nível de significação, no caso, não representa o objeto da Pragmática mais típica, o enunciado-ocorrência (utterance-token), em sua dependência de contexto particular, mas, antes, é o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem, uma espécie de interpretação padrão ou default que caracteriza uma instância pragmática mais fortemente relacionada à Semântica. Um exemplo de Levinson (2000:16) ilustra, perfeitamente, a diferença entre os dois tipos de inferência pragmática, retomadas por ele, da tradição griciana.

Contexto 1

(A): Que horas são?

(B): Alguns convidados já saíram

ICP: deve ser tarde

ICG: nem todos os convidados saíram

Contexto 2

(A): Onde está João?

(B): Alguns dos convidados já saíram

ICP: Talvez João tenha saído

ICG: Nem todos os convidados saíram

O que Levinson retira dos exemplos é a diferença entre a inferência dependente de contexto particularizado (ICP) que varia do contexto 1 para o 2 e a inferência dependente de uma interpretação preferencial, de uma generalização de uso no emprego do quantificador (IPG), que é a mesma de 1 para 2. Levinson (2000:17) ainda acrescenta que se deveria ceder à tentação de considerar a idéia de “nem todos” como significado da expressão ‘alguns’. Se fosse assim, observa ele, o enunciado ‘alguns, mas não todos, x são G’ expressaria uma discrepância semântica, o que não parece ser o caso. A partir daí, Levinson começa a arquitetura conceitual de sua teoria, construindo três heurísticas que ele apresenta como suficientes para a sustentação descritiva das implicaturas conversacionais generalizadas.

Heurística 1 (Q) O que não é dito, não é

Heurística 2 (I) O que é simplesmente descrito, é estereotipamente exemplificado

Heurística 3 (M) O que é dito de maneira anormal, não é normal

(Q) e (I) são, ainda conforme Levinson, próximas das máximas de quantidade e (M), da de modo na formulação griciana.

Um exemplo com (I) e (M) ilustra o insight básico de Levinson:

(A) Bill parou o carro

(B) Bill fez com que o carro parasse.

(A) por (I) implica conversacionalmente que Bill parou o carro pelo uso do freio; (B), por (M), implica conversacionalmente que ele parou o carro por outro processo.

Levinson (2000:39) ainda examina uma possível relação entre as três heurísticas na direção de conseguir descrever e explicar potenciais inconsistências no processo inferencial, bem como na perspectiva de predições mais ricas. Nesse sentido, inferências (Q) são prioritárias, impondo-se sobre inconsistentes outros de qualquer tipo e inferências (M) se impõem sobre as da forma (I). Isso está relacionado ao fato de que (Q) e (M) são inferências essencialmente negativas em oposição à I. (Q) parece corresponder à intenção de evitar algum comprometimento informacional *mais forte* e (M) parece significar a

intenção de evitar a expressão *mais simples*. Tais propriedades sugerem que (Q) e (M) são geradores de inferências metalingüísticas à medida que só são recuperadas com referência ao que poderia ter sido dito e não foi. Um exemplo ilustra esse jogo de relações (Levinson:160)

(A) Cortes matou Montezuma

(I) implica que Cortes provocou diretamente a morte de Montezuma

(B) Cortes causou a morte de Montezuma

(M) Implica que Cortes provocou indiretamente a morte de Montezuma.

Suponha-se um caso de inconsistência entre (I) e (M).

(C) Cortes causou a morte de Montezuma, ou matou-o.

Em (C), $p \supset q$ (Q) implica que é possível que p e é possível que q, ou seja, (Q) implica Cortes tenha assassinado diretamente Montezuma e, com isso, derrota a (M) inferência de p, a saber, que Cortes provocou indiretamente a morte de Montezuma.

Dentro deste quadro teórico, Levinson acredita ter identificado um fenômeno lingüístico com muito mais generalidade, provavelmente, do que Grice pressupusera, e atribui a ele a possibilidade de reforçar a idéia de uma nova formulação de relações entre a Semântica e a Pragmática. O argumento de Levinson está assentado, fundamentalmente, nos seguintes passos:

- A ICG é uma espécie de inferência não-monotônica, porque *cancelável*. (A), por exemplo, poderia ter sua implicatura cancelada por uma observação do tipo Bill parou o carro, mas não pôde usar o freio. Nesse sentido, pensa Levinson, tal implicatura se opõe às formas monotônicas de acarretamento semântico;
- A ICG é, então, uma inferência *pragmática* de natureza especial na fronteira com a Semântica;
- A ICG deve ser localizada, portanto, como uma condição pragmática na *constituição* das condições-de-verdade da Semântica;
- A ICG, entre outros efeitos, pode ser localizada como uma inferência pragmática *pré-semântica*, alterando-se a forma tradicional da interface em que o output da semântica é o input da Pragmática.

Ainda que a proposta de Levinson esteja apenas razoavelmente esboçada em seus aspectos essenciais, cabe problematizar o cenário em que seu núcleo teórico se enraíza.

São três, basicamente, os níveis em que se deve avaliar a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG) de Levinson (2000): o dos fundamentos, que envolve questões de filosofia da Linguística, o da arquitetura teórica, em que se localiza a estrutura conceitual assumida, e o da análise dos dados sob a forma de enunciados da linguagem natural. Começemos pela questão dos fundamentos.

Levinson, já no prefácio de seu texto assume que não tem a intenção de comprometer-se com qualquer princípio de espécie cognitiva subjacente à natureza da comunicação humana, mas ainda assim não vê problemas para que sua teoria da interpretação preferencial adquira a desejável generalidade. Bem, a idéia de generalização certamente envolve a noção de grau e não há como negar a Levinson o direito de satisfazer-se com aquele que sua teoria atinge. Mas o problema de não se ter a conexão com algum princípio cognitivo matriz não é exatamente de bloquear o valor total de uma teoria, mas de impedir que ela se apresente adequada na interface interna, intradisciplinar e, especialmente, na externa, interdisciplinar. De fato, a pergunta sobre qual a diferença entre a cognição semântica e a cognição pragmática fica vazia de consideração na TICG. O ônus disso é que se pode supor que a distinção entre as duas áreas, uma das pretendidas contribuições de Levinson, não tem justificativa cognitiva, sendo ad hoc apenas para os interesses descritivistas da disciplina linguística. A diferença, por exemplo, entre decodificação e inferenciação, enquanto processos cognitivos complementares simplesmente não tem lugar nas especulações de Levinson. Em outras palavras, a interface semântico-pragmática, tal como aparece na TICG é puramente descritiva, não estando ancorada em qualquer outro processo de valor explanatório. Quanto à interface externa, também um pesado ônus. A relação da Linguística com a área interdisciplinar em que se insere fica esvaziada de relações obviamente interessantes. Levinson abre mão de evidências em outra disciplina cognitiva que pudesse corroborar a relevância de suas distinções. Se se assume, inclusive, que a desejável adequação explanatória depende de tais interfaces, a TICG fica ainda mais limitada. Veja-se uma crítica mais pontual decorrente do

que se disse até agora. A proposta de Levinson está crucialmente sustentada pela sua tricotomia de heurísticas. Delas Levinson depende para descrever as inferências generalizadas. Mas de onde vêm tais heurísticas ? como surgem, inatas ou adquiridas ? Levinson se diz modesto em suas pretensões. Mas então, o que garante a plausibilidade de tais heurísticas a não ser o fato de que ele as propõe para explicar as inferências conversacionais generalizadas ? Suponhamos que um argumento cético duvide da existência cognitiva de tais processos. A TICG fica estrategicamente muda sobre isso, mas essa aparente simplicidade a compromete. A única garantia a que Levinson apela é a conexão das suas heurísticas com as máximas gricianas. Mas Grice se agarrava a um Princípio de Cooperação(PC), que, aliás, também não era interfacialmente justificado. Ou seja, Levinson pede emprestada a sustentação descritiva de Grice, que, por sua vez, também está desancorada de maior enraizamento, o que leva a TICG ao colapso de uma inadequação explanatória mais forte. Seria possível, ainda em decorrência das suposições de Levinson, questionar-se sobre o que significa dar o status de teoria a uma abordagem de um fenômeno restrito como as implicaturas conversacionais generalizadas, mesmo que elas possam ser reconhecidamente importantes. Talvez se pudesse pensar em uma teoria das inferências pragmáticas em geral, mas, nesse caso, Levinson deveria ter demonstrado a amplitude de sua arquitetura conceitual para as implicaturas particularizadas e outras, o que, lamentavelmente, não fez.

Quanto ao segundo nível, o da teoria e seu objeto, a principal contribuição pretendida por Levinson é a identificação das implicaturas conversacionais generalizadas como fenômeno bem mais amplo e relevante do que certamente Grice supusera, e a metamorfose das máximas deste último nas heurísticas daquele, dentro, é claro da assim chamada teoria da interpretação preferencial. Certo, mas a herança griciana não é sem preço. Veja-se a primeira Heurística, ‘o que não é dito, não é’, que corresponderia à máxima de quantidade de Grice, ‘faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido’. A idéia básica parece, de fato, ligada à quantidade de informação. Mas a noção de quantidade requerida, ainda que intuitiva, é teoricamente vaga. Quem ou o quê determina o requerido? Mas voltemos à formulação de Levinson. Se a expectativa é a de que a heurística permita identificar a inferência do que não foi dito porque não o foi, obviamente ela licenciaria infinitas inferências. Uma proposição restringe, diríamos, um estado-de-

coisas. Todos os outros estão livres. Levinson identifica isso, diga-se a bem da verdade, e reconhece que sua heurística só pode funcionar com uma inevitável restrição a um conjunto de alternativas salientes, ou em contraste. Seu refinamento da heurística passaria pela expressão 'para as relevantes alternativas salientes, o que não é dito, não é o caso'. Ilustremos com Levinson(2000, 36), passando a, automaticamente, avaliar o terceiro nível, o da exemplificação.

(A) alguns dos meninos vieram

+> nem todos

(B) três meninos vieram

+> não quatro

(C) possivelmente, existe vida em Marte

+> não certamente

Em (A), então, assuma como Levinson o fez que há uma certa escala(Horn:1972) do tipo <todos, alguns> que, portanto, restringe a heurística de modo que 'alguns', sendo dito, implica que não é o caso que todos, a alternativa que não foi dita. Da mesma forma, dada a escala <cinco, quatro, três, dois, um>, (B) +> não quatro, já que três é dito e não é o caso de que seja quatro, o número de opção mais alta na escala, que não foi dito. O raciocínio para a escala <certamente, possivelmente> é, obviamente, o mesmo. Muito bem, entenda-se a restrição de Levinson para evitar a proliferação de licenciadas inferências. Mas e de onde vêm tais escalas e já restringidas? Continuamos na arbitrariedade. Nada impede a proliferação de escalas. Por exemplo, suponhamos a escala < onze, dez, nove, sete, seis cinco, quatro, três, dois, um, zero>, seria razoável dizer-se que (B) +> não onze e não sete ? acrescente-se, ainda, que na interpretação clássica das escalas (B) deveria acarretar que dois vieram, um veio e zero, ou ninguém, veio, o que é esdrúxulo. Para (A), imaginemos a escala <todos, a maioria, muitos, alguns> e consideremos se é razoável que (A) +> não muitos. Além disso, a formulação de (A) parece implicar, da mesma maneira, alguns não vieram, equivalente a nem todos vieram. Mas e a escala, agora, onde fica? (C) poderia ser avaliado mediante uma escala do tipo < certamente, quase certamente, provavelmente, possivelmente>, e Levinson deveria predizer que (C) +> não quase certamente. Parece plausível? Não é irrelevante examinar (I) e (M). A heurística (I) é formulada por Levinson como sendo o que é expresso simplesmente, é estereotipicamente exemplificado. Ele

associa (I) com a segunda máxima de quantidade de Grice, a que recomenda que não se dê mais informação do que o requerido. (A), (B) e (C), abaixo ilustram o princípio em jogo.

(A) o livro de João é bom

+> o que ele escreveu, único que leu, emprestou, etc.

(B) motorista

+> homem

(C) eu não aprovo a medida

+> eu desaprovo a medida

(D) eu não acredito que p

+> eu acredito em não p

Quanto a Heurística (M), Levinson a aproxima da máxima de maneira em Grice e a formula como o que é dito de modo anormal, não é normal. Os exemplos abaixo ilustram o caso.

(A) Bill parou o carro

+> parou, usando o freio

(B) Bill fez com que o carro parasse

+> parou de maneira não usual, indiretamente, pelo freio de mão, etc.

(C) João veio e o homem sorriu

+> o homem é outra pessoa

De início, cabe considerar, o que Levinson não fez explicitamente que (I) e (M) parecem ser absolutamente semelhantes, embora invertidas, o que ficaria obvio se se aceitasse que (I) fosse assim formulada: 'o que é expresso de maneira normal, é normal'. Talvez Levinson estivesse pensando em (I) como conteúdo e (M) como forma, mas a verdade que ele em (I) usa a palavra 'expressão' para caracterizar a Heurística em questão e reforça essa idéia em meio a sua definição, afirmando que 'breves e simples expressões encorajam, por esta heurística, a selecionar a melhor interpretação...' (Levinson, 37). Neste caso, ambas estariam representando a máxima de maneira de Grice. A pretendida semelhança de (I) com a segunda de quantidade em Grice fica mais distante. Isso enfraquece a proposta de Levinson à medida que sugere que os casos pudessem caber numa só heurística mais bem rearranjada, algo do tipo 'o que é dito de forma direta implica a interpretação padrão, de forma desviada, a interpretação não padrão. Provavelmente,

Levinson não interpretasse seus exemplos com essa simplificação, mas teria o ônus de justificar fortemente a necessidade da distinção entre elas. Mas examinemos os exemplos: Suponhamos variações de (A) de (I): (A') o livro de Sherlock Holmes é bom (A'') o livro dos Beatles é bom em que, no primeiro caso, a implicatura fosse a de que obviamente S. Holmes é uma personagem do livro e , no segundo, a implicatura de que Beatles fosse o assunto do livro. Será que (A') e (A'') poderiam ser caracterizadas com tendo interpretações estereotípicas ? das duas uma, ou a estereotipia está sendo perigosamente alargada, ou a predição de Levinson falha mais perigosamente ainda, dados os indícios anteriores que ameaçam as heurísticas. E se considerássemos (C') eu não maltrato gays, tal proposição poderia ser interpretada como implicando que eu trato bem gays ? Veja-se que a contra-exemplificação poderia ser facilitada para casos de expressões com conteúdo negativo. (C'') eu não desprezo a tecnologia implicaria estereotipicamente eu prezo a tecnologia ? (C''') eu não sou inimigo dos políticos poderia ser assumida como implicando que sou amigo deles? Suponha (D') eu não acredito que Maria goste mim implicaria estereotipicamente que eu acredito que Maria não goste de mim ? Quanto ao exemplo em (B), ele parece obviamente justo, embora um tanto inexpressivo para o caso. Passemos para (M). Suponhamos (E) a seleção do Brasil massacrou a da Costa Rica. Provavelmente, Levinson dissesse que (E) implicaria que o Brasil foi muito superior, não dando chance para o adversário. Mas isso também seria a interpretação para (E) o Brasil ganhou facilmente de 5x2 . Mas, por hipótese, a primeira seria ilustrativamente de um uso anormal em relação à segunda, e então? Quem sabe se pudesse pensar que (E) representa um caso de metáfora cristalizada como expressão normal a essas alturas. Mas, nesse ponto já não teríamos clareza sobre se a noção de normalidade é uma questão de frequência de uso, ou padrão de directude semântica. As expressões idiomáticas seriam normais ou anormais na heurística (M) da TICG ? Talvez esse exemplo pudesse ser demasiadamente especial pela convencionalidade de metáforas. Mas consideremos (A') Bill consertou o carro, quase idêntico ao de Levinson. Nesse caso, diríamos que o uso direto implicaria o quê ? que ele consertou ou que o mecânico o fez ? o estereótipo talvez fosse o conserto do mecânico. Mas nesse caso, a expressão normal seria a aparentemente mais longa 'levou o carro para consertar', ou não?

Se esse movimento é correto, então há casos que a escala não gera as implicaturas previstas e casos em que as implicaturas não dependem da escala. Logo a estratégia de heurísticas de Levinson não parece nem necessária nem suficiente para a descrição de seu objeto. .

Referências Bibliográficas:

- Austin, J.L. (1962). *How to Do Things With Words*. Oxford: Clarendon Press.
- Frege, G. (1952). On Sense and Reference . In Geach and M.Black (eds.) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell:56-78.
- Grice, P. (1957). Meaning. *Philosophical Review*, 67
- Grice, Paul (1967) *Logic and Conversation* , in Cole and Morgan, 1975:41-58
- Horn,
- Kamp, H. e Ryle (1993). *From Discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer.
- Levinson. S. (2000). *Presumptive Meanings : the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge,MA.: The MIT Press.
- Montague, R. (1974) *Formal Philosophy: Selected Papers*. (ed. R.Thomason). New Haven: Yale University Press.
- Russell, B. (1905) . On denoting. *Mind*, 14:479-493.
- Searle, J.R. (1969) . *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sperber e Wilson (1986) *Relevance: communication and Cognition*. Cambridge,MA: Harvard University Press.
- Strawson , P.F. (1950). On referring. *Mind*, 59:320-44
- Wittgenstein , L. (1921) . *Tractatus Logico-Philosophicus* . London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1961
- Wittgenstein, L. (1953) . *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell. & Mott Ltd.